

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
 Paulo Roberto Ferreira Levy
 Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 21 de setembro de 1994

DIRETORIA**Diretor-Presidente**

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos

Dirceu Brisola
 Luiz Augusto de Castro
 Roberto de Souza Ayres

1.
 2.
 3.
 4.

Página 4

Reconhecemos a importância histórica da ação da maioria dos senadores e deputados federais nos últimos quatro anos. O atual Congresso será sempre lembrado pela pertinácia e coragem com que levou adiante o processo de "impeachment" do presidente Collor e pela realização da CPI do Orçamento, a qual, ainda que não tenha atingido a extensão que a opinião pública desejava, representou uma iniciativa notável de depuração do Parlamento pelo Parlamento.

Todavia, como temos afirmado nestas colunas, o Congresso, se foi capaz de empolgar-se e empolgar o povo pelas tentativas de regeneração de nossos costumes políticos, mostrou-se falso, omisso, dominado pela inércia ou pelo descaso no trato de questões econômico-sociais da mais alta relevância para o futuro do País. Em nosso entender, a única forma de este Congresso redimir-se aos olhos da opinião pública, livrando-se da imagem de indolência com que tem sido fustigado, seria trabalhar intensamente no restante do presente período legislativo.

É normal que, nestes dias que precedem as eleições de outubro, deputados e senadores voltem seus esforços para a conservação de

Congresso O terreno a preparar

seus mandatos ou para a disputa de outros cargos, tornando impraticável a obtenção de quorum para decisões de maior impacto. E também previsível que, ao voltar a reunir-se depois do próximo pleito, um grande número dos atuais congressistas já terá conhecimento de que seus mandatos não foram renovados; outros se sentirão igualmente frustrados por não terem conseguido alçar-se pelo voto a postos a que aspiravam. Mas isso não constitui, de forma alguma, motivo para que o conjunto dos representantes da Nação deixe de exercer com plenitude, até 31 de dezembro deste ano, a sua prerrogativa de legislar.

Temos a certeza de que há tempo para que se faça, de verdade, um esforço concentrado para votar um grande número de projetos de lei e medidas provisórias pendentes, de modo a preparar o terreno para reformas estruturais capazes de assegurar que o País continue em crescimento, em clima de estabilidade, na esteira do Plano Real.

O êxito do programa de estabilização não é atestado apenas pela equipe econômica que o elaborou. A população nas ruas o está sentindo e analistas nacionais e internacionais concordam em que o Plano Real representa hoje para o Brasil a política mais válida e mais bem formulada para colocar a economia nos eixos. Contudo, dentro e fora dos gabinetes oficiais, são muitos os que se preocupam com os desafios ainda a enfrentar, vencidos os primeiros embates.

Entre estes, está o economista Edmar Bacha, assessor especial do Ministério da Fazenda, que defendeu recentemente uma revisão constitucional já. A seu ver, o atual Congresso poderia proceder a uma "desconstitucionalização", como preliminar para uma reforma ampla, eliminando artigos ou capítulos inteiros da Carta em vigor, relativos basicamente a tributação, privatização, previdência social, relações do trabalho e capital estrangeiro. Isso seria feito por meio de uma emenda supres-

siva à Constituição, sem arranhões às suas cláusulas pétreas, tal como previsto há algum tempo por parecer do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Evidentemente, o rito de discussão e votação dessa emenda seria o prescrito pela Carta, isto é, a proposição precisaria ser aprovada por três quintos dos integrantes das duas casas do Congresso, em dois turnos. Politicamente, é muito complexo, mas não impossível, se houver verdadeiro empenho das lideranças políticas.

Seja como for, compreendemos perfeitamente o espírito que inspirou a idéia. O Brasil não pode perder mais tempo e quanto mais cedo for detonado o processo de aperfeiçoamento constitucional, melhor. A emenda supressiva pode não ser o caminho mais recomendável, mas, mesmo nos exígues meses de que dispõe, o atual Congresso não pode mais deixar para amanhã o que deveria ter feito ontem. Até por um dever patriótico, o Parlamento, no período crítico que irá até o fim do ano, tem de trabalhar para dar ao futuro presidente as condições indispensáveis para promover a renovação pela qual o País anseia.